



**CULTURA
2020**



**GOVERNO DE
PORTUGAL**

**SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA**

GABINETE DE ESTRATÉGIA,
PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO
CULTURAIS

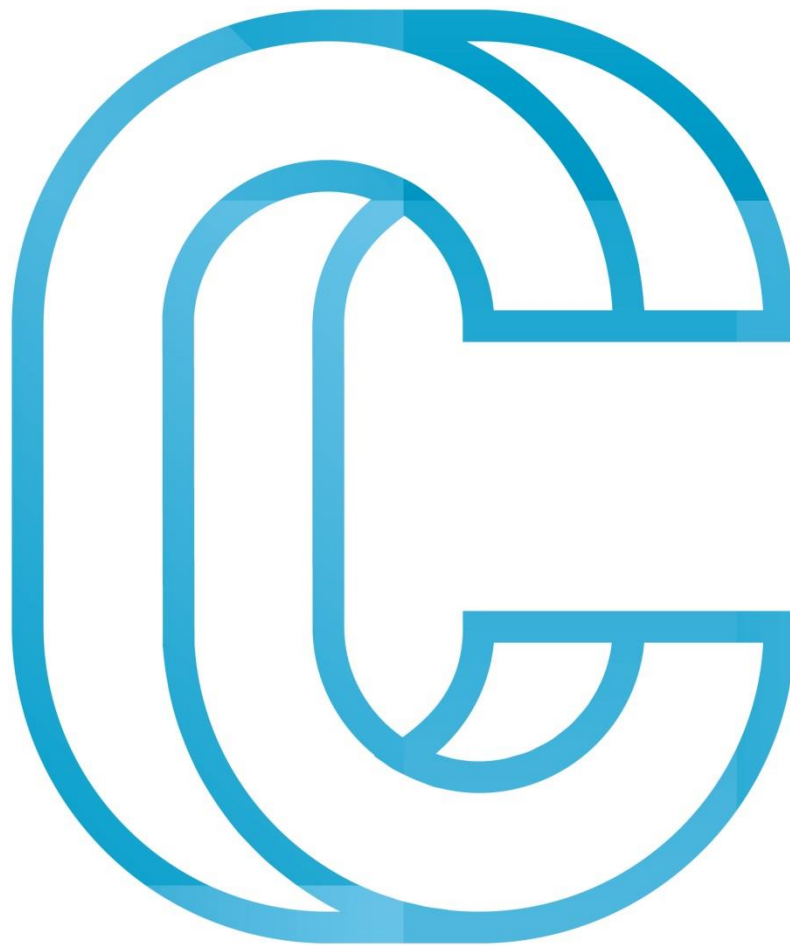
Cultura, formação e cidadania

Sumário Executivo

Centro de Estudos Sociais

Cultura, formação e cidadania

Sumário Executivo



ficha técnica

Título

Cultura, formação e cidadania

junho | 2014

Promotor

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Secretaria de Estado da Cultura

Autoria

Centro de Estudos Sociais

Coordenação

Carlos Fortuna

Investigadores

Carlos Fortuna

Claudino Ferreira

Helena Santos

José Manuel Mendes

Pedro Quintela

Vítor Martelo

Secretariado e apoio à investigação

Marta Correia

Colaboração

Ricardo Moreira

Sumário executivo

Âmbito e objetivos do estudo

1. Existe hoje um consenso alargado em torno da ideia de que a cultura é um recurso com impactos muito significativos em dimensões decisivas do desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

Este entendimento sobre o potencial da cultura e a sua importância estratégica está patente quer nos diversos diagnósticos e linhas de orientação programática que emanam de organizações internacionais de referência (como a Comissão Europeia, a UNESCO ou a OCDE).

2. Constata-se que, em Portugal, é ainda muito insuficiente e precária a avaliação do modo como vem funcionando a relação entre cultura, formação e qualificação. Prevalece um défice de conhecimento e de avaliação sistemática sobre os efeitos da ação cultural e artística nos processos de formação, aprendizagem e desenvolvimento de competências e qualificações – não apenas as que são diretamente convertíveis para o mercado de trabalho, mas também as que concorrem para a formação e o desenvolvimento pessoal dos cidadãos.

3. O presente estudo toma como objetivo geral a abordagem do modo como, em Portugal, a atividade cultural e formativa se articulam e podem desempenhar um papel decisivo para a integração ativa dos cidadãos na vida social, cultural, económica e na sua capacitação para uma intervenção informada e crítica no espaço público.

O estudo procura apontar recomendações para o reforço da componente cultural nos processos formativos e de aprendizagem e para a potenciação das capacidades e dos recursos culturais e artísticos instalados no país. Neste sentido, o estudo dialoga com os objetivos temáticos propostos pela Comissão Europeia no âmbito da Estratégia Europa 2020.

4. O estudo equaciona três planos combinados para a ponderação do contributo da cultura pode dar para a qualificação e a capacitação das pessoas e das comunidades:

(i) a articulação entre a atividade cultural e o ensino e a atividade formativa (formal, não formal e informal);

(ii) o papel que a prática cultural e o envolvimento em atividades culturais e artísticas desempenham na formação dos cidadãos e dos trabalhadores, nas aprendizagens ao longo da

vida e na adaptação à mudança;

(iii) as condições e as questões críticas que enquadram o desenvolvimento das iniciativas e dos projetos culturais e artísticos mais diretamente vocacionados para a articular acesso e aprendizagem cultural e formação, qualificação e capacitação mais ampla dos cidadãos e das comunidades.

5. A análise estruturou-se em torno de 5 eixos analíticos principais:

(i) Formação, qualificação e certificação dos recursos humanos para o setor cultural e criativo

Sobre a formação profissional, absolutamente decisiva para suprir as necessidades do setor cultural e criativo, a análise constata défices acentuados de conhecimento e regulação. Esse défice está, em parte, associado à diversidade de critérios de classificação e acreditação da formação e das qualificações. Analisam-se os diversos enquadramentos institucionais da atividade formativa e procura-se delinear critérios de compatibilização entre os vários regimes de classificação e certificação da formação. Procede-se a um mapeamento da oferta formativa nas várias áreas que confluem no setor, percorrendo as diferentes modalidades de formação profissional formal, não formal e informal. A análise é complementada com os resultados dos inquéritos aos profissionais do setor e às entidades formadoras. Finalmente, o estudo pondera as condições que enquadram o funcionamento da formação profissional orientada para o setor, avaliando a sua adequação à realidade cultural portuguesa e às necessidades do mercado, das instituições e dos profissionais.

(ii) Prática cultural, aprendizagens e capacitação de setores mais vulneráveis

Este eixo aborda a relação das artes e da cultura com os setores da população mais desfavorecidos e vulneráveis a processos de exclusão social e cultural e procura sondar as condições, os efeitos e as implicações da atividade cultural e artística para a formação, as aprendizagens, a capacitação e a melhoria da qualidade de vida das comunidades e dos grupos sociais socialmente mais débeis. A análise centra-se privilegiadamente em programas de ação estruturados e com vincada orientação para promover maior inclusão cultural. O objetivo principal é avaliar as questões críticas que emergem no âmbito destes programas. Procurou-se, para isso, identificar experiências relevantes e exemplares no contexto nacional e trabalhar analiticamente os seus contornos. Confere-se especial atenção a projetos com jovens provenientes de contextos e famílias em situação de precariedade socioeconómica, grupos em risco de pobreza ou exclusão social, reclusos e comunidades residentes em bairros vulneráveis e estigmatizados. Avalia-se igualmente a condição particular dos idosos e o modo

como a relação participativa com a cultura pode mediar um envelhecimento ativo e uma participação mais efetiva na vida social.

(iii) Prática cultural amadora

O mapeamento das práticas culturais amadoras implica abordar o envolvimento menos formalizado da participação cultural ativa, enquanto capacitação para a integração social autónoma e crítica. A análise foi estruturada em três planos cruzados:

O primeiro correspondeu à revisão de literatura, predominantemente institucional-política, e dele resultou a clara perceção de que há um consenso relativamente à importância da cultura e das artes como veículos de inclusão e coesão sociais.

O segundo plano implicou a recolha de informação empírica para Portugal, com base na auscultação do universo das associações culturais relacionadas com o tema e na abordagem empírica de experiências e contextos particulares. Destaca-se o papel incontornável do Estado local na "cultura amadora", assim como das mediações especializadas, sejam elas artísticas, políticas ou sociais. Nestes dois planos, ressalta a cultura digital como uma dimensão fulcral para a compreensão e a intervenção na participação cultural contemporânea.

No terceiro plano, finalmente, identificam-se experiências e interlocutores que, pela sua exemplaridade, servem de ilustração-aplicação de boas práticas contextualizadas.

(iv) Cultura, educação e combate ao abandono escolar precoce

A análise desta questão enfrenta desde logo a dificuldade de determinar claramente a natureza desse contributo específico. Uma abordagem centrada na identificação das componentes curriculares e pedagógicas, relacionadas com a esfera cultural e artística, revela-se limitativa já que elas interagem com outros fatores que, não raramente, escapam ao controlo da escola. Por outro lado, a ampla margem de autonomia das escolas e dos docentes para introduzir medidas e adaptações face ao abandono escolar precoce dificulta uma visão conclusiva. Face a estas limitações, o estudo assume que a compreensão do papel das artes e da cultura no contexto do combate ao abandono escolar precoce deve ser inserida num quadro analítico amplo que, em paralelo com as práticas pedagógicas e curriculares que se desenrolam na escola, considere igualmente aspetos extraescolares, relacionados com variáveis socioculturais e económicas dos alunos e das suas famílias. Tendo isto em conta, e em paralelo com uma caracterização geral do fenómeno em Portugal, a análise explorou algumas experiências exemplares de relação das artes e da cultura com o combate ao abandono escolar precoce. Procurou-se tipificar as principais linhas de intervenção, os

públicos-alvo, as estratégias adotadas, os resultados atingidos e a inserção em redes de cooperação e de parceria.

(v) Cultura e gestão do risco

Produz-se uma reflexão sobre o modo como a atividade cultural se articula e interfere com os novos entendimentos da cidadania global, e se efetiva em práticas e domínios que não se confinam à esfera convencional do Estado-Nação. Do mesmo modo que a cidadania se globalizou, também o risco se tornou global e ameaça, à distância, a existência e a ação de sujeitos e comunidades vulneráveis. Contudo, uma e outro – cidadania e risco globais – manifestam-se localmente. Deste modo, o estudo propõe, primeiro, uma reflexão sobre a cultura e a gestão do risco, alinhada com a implantação de novas epistemologias cívicas que promovam o reconhecimento solidário e a preservação de patrimónios e comunidades em risco (desde a ação da UNESCO até à “política de piedade”) e, numa segunda parte, uma avaliação do modo como a perceção do risco recolhe maior ou menor atenção por parte da gestão dos museus da Rede Portuguesa de Museus.

Metodologia e estratégia de análise

6. O estudo assentou no pressuposto de que a sondagem do valor e do potencial do setor cultural e artístico para efeitos de formação, qualificação e capacitação dos diversos segmentos sociais da população, exige uma sensibilidade especial à dimensão prática da realidade e às dinâmicas observáveis no terreno. Isto implicou conceder uma atenção muito particular às experiências no terreno, procurando não apenas mapeá-las, mas também inventariar as condições em que ocorrem, as estratégias que desenham para lidar com as questões aqui em análise, os constrangimentos que as pontuam e os aspetos críticos que revelam.

7. Desenvolveu-se um esforço para, por um lado, compensar as enormes deficiências de dados que persistem entre nós em algumas das áreas cobertas pelo estudo e, por outro lado, produzir avaliações de cariz mais qualitativo e mais próximas do terreno da prática, captando dimensões analíticas que as abordagens mais extensivas e normativas não são capazes de revelar.

8. Em consonância com a orientação metodológica enunciada, o estudo recorreu aos instrumentos de auscultação, recolha de informação e análise sintetizados de seguida.

(i) Levantamento e análise de fontes documentais e estatísticas

Este trabalho envolveu a mobilização de um extenso conjunto de fontes, de âmbito nacional e europeu, sobre os temas em estudo e os respetivos enquadramentos políticos, normativos e programáticos e legislativos.

(ii) Painel de Auscultação

Inspirado no método Delphi de recolha, o Painel de Auscultação incluiu um grupo de 30 pessoas de reputado currículo e com experiência relevante na área cultural e artística e/ou educativa. O objetivo foi o de contar com apoio qualificado de reflexão e opinião acerca dos temas nucleares do estudo. A auscultação foi feita por via eletrónica e por telefone, em três momentos sucessivos: o primeiro auscultou a opinião geral sobre o papel das artes e da cultura na formação e qualificação profissional, cívica e cultural dos portugueses; o segundo obteve avaliações sobre o contributo das artes e da cultura relativamente ao envelhecimento da população e ao abandono escolar precoce; o terceiro recolheu reflexões sobre o contributo das práticas culturais amadoras para a coesão socioterritorial e o diálogo intergeracional.

(iii) Questionários online

Foram realizados três inquéritos dirigidos a pessoas e instituições definidas em função dos objetivos temáticos do estudo.

O *Inquérito aos Profissionais do Setor Cultural e Criativo*, que obteve 841 respostas validadas, procurou avaliar a formação académica ou profissional dos profissionais do setor, assim como a perceção dos inquiridos sobre a oferta formativa nas áreas culturais e criativa.

O *Inquérito ao Mapeamento da Oferta Formativa no Setor Cultural e Criativo* obteve 219 respostas validadas de outras tantas entidades formadoras. Sondou a sua oferta formativa em áreas culturais e criativas selecionadas a partir da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação.

O *Questionário Museus e Gestão do Risco* questionário foi dirigido aos 137 museus que integram a Rede Portuguesa de Museus, tendo-se obtido 59 respostas válidas. Visou uma avaliação geral do panorama dos museus portugueses face à cultura e à gestão do risco.

(iv) Entrevistas e estudos de caso

Foram realizadas 40 entrevistas a diferentes tipos de interlocutores, selecionados criteriosamente de acordo com os objetivos de pesquisa:

a) responsáveis de *organismos da administração pública*, para recolha de informação e obtenção de opinião institucional sobre as matérias em estudo;

b) *estruturas e projetos culturais*, selecionados e referenciados pela pertinência, consistência e exemplaridade da sua atividade no âmbito da articulação com escolas, do trabalho em prol da mobilização para a cultura e da capacitação de grupos e comunidades vulneráveis, do envolvimento e participação da comunidade e do diálogo intergeracional.

A seleção das estruturas e projetos adotou um critério de diversidade quanto às regiões do país, às expressões artísticas e aos métodos de trabalho adotados. Sem menosprezo por outros, as estruturas e equipas entrevistadas desenvolvem trabalho de continuidade, cujo mérito é legitimado pelos resultados alcançados e reconhecido na esfera cultural portuguesa. Todas as entrevistas complementaram breves estudos de caso sobre as estruturas e os projetos selecionados. Este trabalho envolveu ainda a participação nos encontros Derivas Artísticas, promovidos pela Associação Circular, em Vila do Conde, e na apresentação/aula pública do projeto 10x10, acolhido pela Oficina, em Guimarães.

(v) Focus Groups

Foram realizados dois *focus groups* com idosos, visando explorar, a partir da discussão coletiva em torno das suas experiências e perceções, questões essenciais relacionadas com a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo e diálogo intergeracional.

9. O processo de pesquisa confrontou-se com múltiplos constrangimentos e limitações, em particular no acesso a informação oficial nas várias áreas em estudo. Escasseia informação quantitativa sistemática, organizada e adequada à análise do setor em todas as áreas analisadas. Em geral, a informação disponível é muito deficiente e não autoriza análises conclusivas, relativas a um vasto conjunto de domínios como sejam a prática cultural amadora, as medidas de combate ao insucesso escolar, as práticas da cultura digital.

Conclusões e recomendações

10. A *Agenda Europeia para a Cultura* dá um destaque particular às artes e à cultura como recurso decisivo para a qualificação e capacitação das pessoas. Neste estudo, não está em causa a uniformização de procedimentos e práticas, mas a avaliação da *tradução* nacional e local da Estratégia Europa 2020. A crise financeira, tem permitido caucionar o desinvestimento público na cultura, em prol do imediatismo utilitarista dos seus resultados. Em países como Portugal, com ainda frágeis estruturas no campo cultural e artístico, este pode ser um enviesamento particularmente pernicioso na estratégia de financiamento das artes e da cultura.

11. O estudo assinala o resultado positivo da procura de modelos que tenham em conta as diversidades e as transformações em curso, tendo em vista os seus efeitos de capacitação social e cívica.

Queremos referir um conjunto de aspetos e recomendações transversais às várias áreas de estudo:

(i) assinalamos a conveniência de uma maior articulação entre as tutelas dos dois grandes domínios que em causa: a Cultura e a Educação;

(ii) é recomendável um esforço de afinação de critérios de medição e produção de dados rigorosos sobre as práticas culturais e educativas, os projetos de intervenção e os seus públicos, mas também os critérios capazes de revelar a natureza qualitativa destes processos;

(iii) revela-se essencial criar condições para a durabilidade de projetos que, muitas das vezes, são interrompidos antes mesmo de poderem ser avaliados ou gerar efeitos pertinentes;

(iv) é fundamental aferir do grau de adequação nacional das políticas europeias nos domínios que estamos a tratar;

(v) finalmente, uma recomendação transversal no seguimento deste estudo, diz respeito ao potencial das redes de cooperação interinstitucional de incidência local, com destaque para o envolvimento de escolas, agentes culturais, tecido associativo e municípios, cujo papel pode ser decisivo para o bom acolhimento dos desafios futuros da estratégia Europa 2020.

Formação, qualificação e certificação dos recursos humanos para o setor cultural e criativo

12. Nesta secção do estudo ganham saliência preocupante a *diversidade* dos enquadramentos institucionais da educação e da formação profissional, assim como a *variabilidade* dos respetivos sistemas de classificação. Ocorrem, em resultado, situações de *overlapping* de competências que devem ser evitadas. É urgente também procurar maior adequação dos sistemas de formação à realidade do setor cultural e criativo (SCC), pelo que se considera importante atualizar a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF), em estreita articulação com a Conta Satélite para a cultura, com a eventual inclusão de um novo grupo (um dígito) dedicado à “*Cultura e Indústrias Culturais e Criativas*”. Também se poderá abrir a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) à participação dos profissionais e organizações do SCC. Parece ainda recomendável implantar um *mecanismo de reconhecimento das unidades de formação de curta duração (UFCDs)*, com a sua eventual integração na oferta formativa exclusivamente profissional do CNQ.

13. É necessário suprir o *défice de orientação estratégica e de enquadramento normativo* de forma a dar maior credibilidade ao sistema de certificação. Do mesmo modo, devem estudar-

se as vantagens da eventual centralização dos processos de certificação num único organismo público. O mesmo se aplica à eventual criação de um mecanismo de monitorização que permita a recolha anual de informações sobre a oferta formativa realizada pelas entidades certificadas.

Prática cultural, aprendizagens e capacitação de setores mais vulneráveis

14. É recomendável a constituição de uma plataforma tripartida das tutelas das áreas da cultura, da educação e da ação social. Tal arranjo institucional tem em vista promover medidas de apoio, de orientação e de monitorização de iniciativas culturais orientadas para a qualificação e a participação cultural de grupos e comunidades mais desfavorecidas. Há bons motivos para se pensar na vantagem da criação, à escala nacional, de uma plataforma semelhante às que estão na origem dos Grupos de Trabalho que operam no âmbito do *Open Method of Coordination* (OMC).

15. Este esforço de ação coordenada pode ter efeitos relevantes na *definição de estratégias de utilização de fundos comunitários*, nomeadamente no âmbito do QREN, que, apesar de conceder um espaço muito limitado às artes e à cultura, proporciona oportunidades de apoio ao reforço da coesão social e territorial, à regeneração urbana, ao combate à pobreza e exclusão, bem como ao fomento do envelhecimento ativo.

16. O envelhecimento ativo e todas as formas de *aprendizagem ao longo da vida entre adultos e idosos* também carecem de maior articulação por parte dos setores educativo e cultural. Há exemplos, nacionais e internacionais, de elevado mérito que podem inspirar medidas específicas de combate ao isolamento e ao alheamento cultural dos idosos. Normalmente fazem destacar as potencialidades do trabalho em proximidade e da cooperação interinstitucional e localmente comprometido. Neste domínio, é altamente recomendável a *promoção de apoios estruturais, que possibilitem o desenvolvimento dos projetos* das instituições culturais no âmbito do trabalho com idosos.

Prática cultural amadora

17. As principais recomendações neste domínio prendem-se com a urgência da produção de *informação regular, sistemática e fíável* sobre os agentes culturais e em particular a participação associativa. Recomendamos, assim, que a produção de conhecimento sobre as experiências locais e regionais *seja fundamentalmente qualitativa e não apenas quantitativa*, uma vez que os seus efeitos são de médio e longo prazo e de natureza multidimensional.

18. *Uma outra linha de atuação respeita à necessidade de afinamento das comparações internacionais*, em especial no quadro da União Europeia. O caso português, longe de constituir um exemplo de atraso, permite asseverar que dispomos de agentes e de resiliência capazes de, com as mediações adequadas, poder servir de exemplo aos países mais desenvolvidos. É urgente fazer um esforço de difusão dessas experiências, em consonância, aliás, com as recomendações da União Europeia.

19. O retrocesso do estatuto institucional da cultura, assim como o desinvestimento financeiro na criação artística, representam sérios riscos à estruturação do setor. Sem uma mudança de fundo, a cultura amadora, enquanto participação cívica, ficará, necessariamente, refém da hegemonia da cultura popular-mediática e sofrerá, em consequência, uma profunda deslegitimação.

20. É preciso *aprofundar o conhecimento sobre as práticas digitais e a respetiva literacia enquanto expressões da prática cultural amadora*. Apesar da velocidade a que ocorre hoje a transformação cultural, não se pode perder a oportunidade de acompanhar as capacidades de expressão das novas gerações já socializadas com as novas tecnologias, apesar de se tratar de um campo marcado por profundas desigualdades.

Cultura, educação e combate ao abandono escolar precoce

21. A articulação das atividades culturais e artísticas com a aprendizagem escolar formal não deseja a diluição das responsabilidades próprias de cada setor. É certo que assistimos nos dias de hoje à responsabilização da escola na resolução de inúmeros problemas sociais – como a questão do abandono escolar precoce – que não podem ser definidos estritamente nos limites da sua missão específica. Trata-se de uma responsabilização que resulta, em grande parte, da falência de modos de vida familiar, social e comunitário que se diluíram ou desapareceram com a transição para a economia pós-industrial e urbana. Porém, não podemos abdicar desta articulação da escola com outros domínios, designadamente o cultural e artístico.

22. As metas definidas para o abandono escolar precoce em Portugal estipuladas pela *Europa 2020* requerem um plano de ação ambicioso, como resulta da diminuição de uma taxa de 19,2% (2013) para 10% (2020). Uma primeira questão técnica deste desiderato prende-se com a própria medida do fenómeno do abandono, vista à luz da interrelação da educação com a atividade cultural e artística.

23. A variedade de “projetos-piloto” existentes e as dificuldades enfrentadas para ganhar maior continuidade, é um tópico de recomendação particular. A sugestão que adiantamos vai no sentido de apoiar financeiramente as escolas no lançamento/reforço de “*projetos-piloto*” e na preparação de parcerias. É essencial proceder à divulgação de informação sobre os instrumentos financeiros de suporte a estas medidas, incluindo *sessões públicas nas escolas*.

24. Será determinante também aumentar as oportunidades de *formação-ação* nos domínios da criação artística e cultural, *direcionada a professores/educadores*. Paralelamente, semelhantes oportunidades de formação devem ser promovidas junto de *artistas e profissionais da cultura*, para adequação das suas intervenções ao contexto escolar, fazendo aumentar as suas competências em domínios pedagógicos.

25. É preciso também reforçar a presença das artes e da cultura no meio escolar, através de um *contacto regular dos alunos e professores com diversas linguagens* estéticas e artísticas contemporâneas, através, por exemplo, do fomento de “residências” regulares de artistas e estruturas culturais na escola. Acresce ainda o incentivo a visitas regulares a diferentes instituições e equipamentos artísticas e culturais do país.

27. No domínio do abandono escolar, somos adeptos do reforço das *práticas amadoras em contexto escolar*. Tal objetivo pode ser alcançado através da constituição de *equipas mistas* – compostas por artista(s)/professor(es) – que possam apoiar/acompanhar aquelas atividades. Mas é importante também a criação de oportunidades de *mostra pública dos trabalhos* desenvolvidos, que constituam uma valorização e um incentivo pessoal. Para tanto pode ser de toda a vantagem recomendar às escolas parcerias/consórcios com instituições locais, com duração mínima de três anos.

Cultura e gestão do risco

27. Da análise produzida sobre este tema, queremos destacar a necessidade de assumir linhas de ação contra os riscos de descaraterização dos patrimónios identitários das comunidades. Os direitos de cidadania, como os riscos, tornaram-se hoje globais e não se limitam mais à esfera nacional-estatal. Mas o Estado pode atuar em partilhas de responsabilidades transnacionais, quer na preservação dos patrimónios, quer na tomada de medidas contra os riscos globais. Assim, por exemplo, como é sabido, a UNESCO reconhece mas não subsidia a ação de preservação do Património da Humanidade, pelo que a difícil condição financeira de

muitos municípios com bens patrimoniais da humanidade faz reacear sobre a proteção daquele patrimônio. Admitimos a conveniência de, no quadro da *Europa 2020*, se assegurar *uma linha de financiamento dedicada* à salvaguarda e manutenção do patrimônio da humanidade.

28. Por outro lado, o Estado deve reforçar a sua partilha de responsabilidades locais, apoiando a criação de *observatórios das culturas e memórias locais*, com esta ou outra designação, nas cidades que disponham dos recursos técnicos, científicos e artísticos necessários. São entendidos como estruturas de preservação dinâmica da tradição e das memórias, e da sua devolução à comunidade através do trabalho de ressignificação e a adaptação dos seus significados à contemporaneidade, Recorrendo a instituições (escolas e universidades), peritos e linguagens especializadas em diálogo com as comunidades. Envolvendo, nos casos em que tal acontece, os museus e centros culturais locais, estes observatórios são essenciais para incutir o espírito de lugar e o orgulho local que mantêm ativas comunidades e traços culturais em risco de descaraterização ou desaparecimento.

29. Num outro domínio, e de acordo com as recomendações internacionais sobre prevenção e gestão dos riscos dos museus, o estudo fez uso de um inquérito por questionário aos 137 museus da Rede Nacional, sendo que consideramos dignos de reflexão as seguintes traços da cultura/gestão do risco: *É baixa a percepção dos riscos* que podem afetar os museus (25,6% para os riscos naturais); 57,9% dos museus da rede portuguesa *não têm planos de emergência* ou de segurança; só 15,8% declaram *fazer simulacros* para testar os seus planos de emergência; 40% dos museus *não têm todas as suas coleções inventariadas* e 73,5% *não têm lista prioritária de obras a evacuar* em caso de desastre.

Celebrando-se, em 2015, 260 anos sobre a ocorrência do terramoto de Lisboa, seria importante a rede portuguesa de museus, sob a inspiração da experiência do trágico acontecimento, desencadeasse um conjunto de iniciativas específicas, que alterassem este quadro de segurança dos museus e promovam a consciência e a cultura do risco.

Diagnóstico Geral e Análise SWOT

30. Adotamos a análise SWOT pela sua virtude de apresentação esquemática e sintética de *Forças – Fraquezas – Oportunidades – Ameaças*.

Forças

1. Relações e dinâmicas de cooperação interinstitucional já instaladas, envolvendo agentes da administração e do poder local, entidades culturais, escolas e outros atores da sociedade civil (com destaque para o tecido associativo);
2. Projetos e iniciativas de elevada qualidade artística e algumas com resultados internacionalmente reconhecidos, ou potencialmente internacionalizáveis;
3. Experiência de agentes e organizações artísticas e culturais portuguesas que desenvolvem diversificados projetos de artístico-pedagógicos e de formação;
4. Capacidade de iniciativa, resistência e mesmo de renovação, ancorada no trabalho de voluntariado, apoios locais e experiência informal e autodidatismo.

Fraquezas

1. Baixo grau de coordenação e cooperação intersetorial entre as tutelas governamentais e os organismos públicos que atuam nas áreas de convergência dos projetos culturais que articulam componentes artísticas, educativas/formativas e sociais;
2. Escassez e precariedade da informação disponível sobre o setor cultural e criativo e sobre as ações e iniciativas culturais e de contacto entre a cultura e outros domínios que são objeto de apoio ou tutela pública;
3. Dificuldade de partilha de experiências, de acesso a estruturas de financiamento e deficiente interconhecimento, tornam difícil a melhoria qualitativa dos projetos;
4. Limitações ao nível financeiro tornam difícil assegurar os recursos necessários que permitam reunir equipas de trabalho de cariz multidisciplinar e realizar um trabalho continuado de médio/longo prazo.

Oportunidades

1. Existência, no quadro dos programas europeus e dos fundos estruturais, de oportunidades de financiamento para projetos que incluam componentes culturais de vocação educativa, formativa e social; salientam-se as medidas em torno da aprendizagem ao longo da vida, da promoção do envelhecimento ativo, do combate à exclusão social, da formação de competências criativas;

2. Capacidade de aproximação ao terreno social e identitário pode constituir uma mais-valia para a redução da distância formal dos projetos face ao contexto humano e interpessoal;
3. Possível desenvolvimento de competências especializadas no âmbito de projetos e ações que intersectam cultura, educação/formação e ação social;
4. Crescente reconhecimento, por parte das políticas culturais, de âmbito europeu e nacional, da formação e do alargamento de audiências no campo das artes e da cultura, poderá suscitar o desenvolvimento de projetos que assumam de forma clara dimensões educativas/formativas e de envolvimento comunitário;

Ameaças

1. Risco de instrumentalização das artes e da cultura e de desvirtuação das missões artísticas das instituições culturais, em resultado da subordinação das instituições culturais às retóricas e às metas preferenciais do financiamento europeu;
2. Possível transformação de algumas boas práticas em menos boas ou más práticas, por efeito da forte dependência em termos da utilidade social externa (em sentido lato).
3. Manutenção dos constrangimentos financeiros atuais fazem antever dificuldades na implementação de projetos de intervenção num horizonte de médio/longo prazo.